



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado

Unidade curricular

Direito das Sociedades II — Corporate Finance (Financiamento das sociedades)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Perestrelo de Oliveira

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

(máximo 1000 caracteres)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Familiarizar os alunos com os principais meios de financiamento das sociedades

Conteúdos programáticos

### § 1.º

#### VISÃO GERAL DO DIREITO DAS FINANÇAS SOCIETÁRIAS

1. Do que trata o “direito das finanças societárias”
2. A evolução da teoria das finanças societárias: breve nota e remissão
3. A forma societária como forma de obtenção de financiamento e de limitação do risco financeiro
- 3.1. Fundamentos económicos da limitação da responsabilidade. Os limites da limitação da responsabilidade: levantamento da personalidade
- 3.2. Os vários tipos de sociedades nos diversos ordenamentos jurídicos e as modalidades de responsabilidade
4. Finanças societárias e governo societário: a interpenetração dos dois pilares do direito societário
- 4.1. O objetivo da gestão societária: maximização do valor para o acionista (shareholder value) ou do valor para os stakeholders em geral
- 4.2. O (des)alinhamento de interesses entre insiders e outsiders (investidores e mutuantes). Financial contracting
- 4.3. O mercado do controlo societário e a “acquisition finance”: aquisições do controlo e corporate finance
- 4.4. A dívida como instrumento de governo
5. Importância da estrutura financeira?

### § 2.º

#### FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE CAPITALS PRÓPRIOS

1. Os capitais próprios na estrutura financeira da sociedade: capital social, reservas, resultados, prestações suplementares
2. O papel dos capitais próprios
- 2.1. Capital social e formação do capital
- 2.1.1. Noção. Funções e críticas
- 2.1.2. Princípio da formação real do capital social: entradas e proibição de restituição
- 2.1.3. Redução do capital social
- 2.1.4. Angariação de capitais próprios
- 2.1.4.1. Participações sociais e entradas: as ações



- 2.1.4.2. Flexibilidade do financiamento por capitais próprios: ações com e sem valor nominal
- 2.1.4.3. Prémio de emissão
- 2.1.5. Outras prestações de capital: prestações acessórias e prestações suplementares
- 2.1.6. Aspetos fiscais: imposto de selo; regime em sede de IRC
- 2.2. Subscrição/aquisição de participações com fins de financiamento: o capital de risco (venture capital e private equity)
- 2.3. Angariação de capitais públicos através da cotação em bolsa (going public); oferta pública de distribuição (IPO; OPS)
- 3. Reforço dos capitais próprios
  - 3.1. Emissão de novas ações em aumento de capital
  - 3.2. Emissões secundárias (secondary offering e follow-on offering)
  - 3.3. Obrigação de os sócios capitalizarem a sociedade? Os deveres de lealdade dos sócios
  - 3.4. Retenção de lucros: as reservas como forma de autofinanciamento
- 4. Capitais quase-próprios: o financiamento através de suprimentos

### § 3.º

#### FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE CAPITALS ALHEIOS (DÍVIDA)

- 1. A dívida na estrutura financeira da sociedade
  - 1.1. As quatro questões na decisão de recurso à dívida: (i) a quem pedir? (ii) qual o prazo? (iii) transferir direitos de controlo (covenants)? (iv) prestar garantias? (v) estabelecer esquema de prioridades entre os diversos instrumentos de dívida em caso de default?
  - 1.2. A dualidade dos mutuantes: mutuantes sofisticados (concentrados e bem-informados) e mutuantes dispersos
  - 1.3. Financiamento externo direto e indireto: recurso aos investidores e recurso aos bancos e outros financiadores
- 2. Financiamento externo indireto: financiamentos bancários e outros contratos de crédito
  - 2.1. O lugar do financiamento bancário no financiamento empresarial
  - 2.2. Risco de crédito e rating (notação financeira): Internal Ratings-Based Approach (IRBA) e rating externo
  - 2.3. Formas de financiamento: breve sinopse
  - 2.4. Empréstimos sindicados (syndicated loans)
  - 2.5. Covenants. Impacto no governo societário
- 3. Financiamento externo direto junto dos investidores
  - 3.1. Emissão de obrigações e sua importância
  - 3.2. Modalidades de obrigações

### § 4.º

#### INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE FINANCIAMENTO

- 1. Instrumentos híbridos ou financiamento mezzanine
- 2. Ações preferenciais sem voto
- 3. Tracking stock (remissão)
- 4. Convertíveis
  - 4.1. Obrigações convertíveis (convertibles, reverse convertibles)
  - 4.2. Valores Mobiliários Condicionamente Convertíveis (CoCos)
  - 4.3. Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOCs)
- 5. Obrigações com warrant
- 6. Obrigações perpétuas (perpetual bonds)
- 7. Obrigações ou empréstimos subordinados (junior security; subordinated loan)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

8. Obrigações e empréstimos participativos
9. Empréstimos PIK (Payment in Kind)
10. Credit linked notes (CLN) ou valores mobiliários condicionados por eventos de crédito (remissão)

#### § 5.º

#### FINANCIAMENTO ESTRUTURADO (STRUCTURED FINANCE)

1. Conceito
2. Titularização de créditos (Securitization)
3. ABS (Asset backed securities)
4. CDO (Collateralized debt obligations)
5. Derivados

#### § 6.º

#### DISTRIBUIÇÕES E OUTRAS DESLOCAÇÕES PATRIMONIAIS A FAVOR DOS SÓCIOS

1. Distribuições aos sócios
  - 1.1. Distribuições diretas e indiretas: aspetos gerais e limites
  - 1.2. Limites máximos à distribuição: distribuições diretas e indiretas
  - 1.3. O teste de solvência como limite adicional? Pagamentos aos sócios e deveres fiduciários dos administradores
  - 1.4. Obrigação de distribuição de lucros? Do problema do fim lucrativo aos limites positivos da distribuição aos sócios
  - 1.5. Direito à distribuição sem deliberação?
  - 1.6. Distribuição antecipada de lucros
  - 1.7. Direito ao dividendo deliberado: autonomia e destacabilidade
2. Aquisição de ações próprias (Share buy-backs)
3. Assistência financeira

#### § 7.º

#### CORPORATE FINANCE DIGITAL

1. Financiamento colaborativo (*crowdfunding*)
2. Formas de financiamento propiciadas pela *blockchain* e *smart contracts*
  - 2.1. Blockchain e DLT (*Decentralized Ledger Technology*)
  - 2.2. *Smart contracts*
  - 2.3. Criptoativos e “tokenização” de ativos: *Initial Coin Offer*, *Initial Token Offer* e *Security Token Offer*
  - 2.4. Regulamento Piloto DLT
  - 2.5. Finanças descentralizadas (DeFI)
  - 2.6. O Regulamento MiCA

#### § 8.º

#### CORPORATE FINANCE SUSTENTÁVEL

1. Visão geral
2. Corporate finance sustentável e novo direito societário



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

3. Enquadramento regulatório
4. O papel dos *stakeholders* financeiros
5. Financiamento verde, financiamento de transição e mercado de produtos sustentáveis
  - 5.1. Obrigações verdes e obrigações ligadas à sustentabilidade
  - 5.2. Produtos derivados e ESG
  - 5.3. *Green digital finance*

§ 9.º

CORPORATE FINANCE NOS GRUPOS DE SOCIEDADES

1. Enquadramento
2. Conceitos gerais
3. Responsabilidade por dívidas nos grupos de direito (art. 501.º)
4. Responsabilidade por perdas perante a sociedade-filha (art. 502.º)
5. Relações patrimoniais e financeiras no grupo

§ 10.º

CORPORATE FINANCE E RESTRUTURAÇÕES EMPRESARIAIS

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias estudadas cobrem sistematicamente as diversas áreas do financiamento societário permitindo familiarizar os alunos com os temas essenciais de financiamento.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Segue-se um ensino teórico-prático, com conjugação da apresentação pelo docente com participações dos alunos e apresentações de trabalhos, em termos que fomentem a capacidade de investigação e discussão crítica

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Através da combinação de um ensino teórico e prático, é possível formar quadros de resposta à generalidade dos problemas do financiamento empresarial.

Bibliografia principal

Ana Perestrelo de Oliveira, Manual de Corporate Finance 3.ª ed., Coimbra, 2024 (no prelo)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

## Curricular unit sheet

Course \_\_\_\_\_

Curricular unit

(maximum 1000 characters)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximum 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Syllabus

(maximum 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximum 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximum 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximum 3000 characters)

Main Bibliography

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.